

Cap. 7 Sobre a escravatura em Aristóteles (parte 1)

Ramiro Marques

Aristóteles foi um dos primeiros filósofos a promover uma discussão aprofundada sobre o conceito de escravatura, tipos de escravaturas e sobre a sua legitimidade. Essa discussão é feita no livro I de *A Política* (1), mas fora ensaiada antes, no livro III da *Ética a Nicómaco* (2) e também, em menor parte, na *Ética a Eudemo* (3).

O livro I de *A Política* ocupa-se da administração doméstica (*oikonomia*) e das relações entre as partes que compõem a casa (*oikos*). É neste contexto que o filósofo discute as relações marido-mulher (*gamiké*), as relações pai-filho (*patriké*) e as relações senhor-escravo (*despotiké*).

A discussão sobre a escravatura deve ser encarada à luz da multiplicidade dos tipos de governo do homem sobre o outro homem. No tempo de Aristóteles, havia quem se opusesse à escravatura (4), embora a posição maioritária entre os filósofos da época fosse a sua aceitação. Aristóteles partilhava a posição maioritária, embora se note nele alguma dificuldade na sua justificação. O filósofo divide a escravatura em dois tipos: o escravo por convenção e o escravo por natureza. No primeiro caso, a escravatura é imposta pela força e está reservada apenas aos bárbaros em consequência da sua captura num cenário de guerra. Já a escravatura por natureza parece mais difícil de explicar e ainda mais de justificar à luz da teoria aristotélica da existência de uma única espécie de homens. Com efeito, para Aristóteles, o que distingue os homens dos animais é que os primeiros são dotados de uma alma e de um corpo e aquela comanda este. Além disso, a alma tem uma parte racional, ou seja, deliberativa, a qual domina a parte desiderativa, ou seja, a parte

responsável pelos apetites. Ora, Aristóteles não pode negar aos escravos a posse desses requisitos sob pena de os deixar de considerar homens. O que distingue os escravos dos homens livres não é a posse desses requisitos, mas sim o uso que uns e outros fazem da parte racional da alma: enquanto os homens livres são capazes de fazerem uso da componente deliberativa da alma e, portanto, estão aptos para comandar, os escravos não são capazes de fazer uso dessa componente, estando limitados apenas a compreenderem e a obedecerem ao comando. Ou seja, sendo dotados de razão, não dispõem da capacidade de deliberação e de comando. Desta forma, Aristóteles justifica a distinção entre homens livres e escravos, embora não seja capaz de definir com precisão aquilo que distingue um escravo de uma mulher, uma vez que estas, no entender de Aristóteles, sendo também dotadas de razão, estão igualmente impedidas de exercer a capacidade deliberativa. Afirma Aristóteles: "Comandar e ser comandado (*árchein kai árchesthai*) estão entre as coisas não somente necessárias mas convenientes; e certos seres, desde o nascimento, são diferenciados para serem comandados ou para comandarem" (5). O filósofo parece mais interessado em encontrar uma justificação ideológica para encobrir a necessidade económica da existência de escravos, sem os quais todo o edifício económico e modo de vida grego cairia por terra, do que em encontrar uma distinção ontológica, visto que esta negaria e invalidaria a sua doutrina sobre a existência de uma única espécie humana, ainda que com diferentes tipos de homens: uns livres e outros escravos, alguns naturalmente destinados para o comando e outros destinados a obedecerem. Da mesma forma, há uma diferença entre o domínio exercido sobre os homens livres e o domínio exercido sobre os escravos: o primeiro é chamado de político e o segundo de despótico. A comunidade política era vista por Aristóteles como "unidade orgânica de partes diferentes e desiguais, unidade na qual cada elemento ocupa o seu lugar natural e exercita a sua função

específica. Esse princípio legitima e justifica a existência de distinções e diferenças como características essenciais de qualquer sociedade complexa, composta de partes, mas não implica que essas distinções devam necessariamente ser naturais: justifica a diversidade, mas não a desigualdade” (6). Na verdade, Aristóteles não consegue provar que a distinção entre homens livres e escravos se deva a causas naturais. Essa incapacidade poderia tê-lo levado a questionar-se sobre a legitimidade da escravatura e, no entanto, nunca o fez. Essa é, provavelmente, uma das maiores falhas do seu pensamento político. Parece, aliás, incompreensível que um filósofo tão genial não tenha conseguido distanciar-se um pouco dos interesses económicos da sua época e da sua sociedade para perceber que a instituição da escravatura não podia justificar-se por razões da natureza.

São duas as definições de escravo que Aristóteles nos dá: os que diferem entre si como a alma do corpo e o homem do animal e os que podem compreender mas não são capazes de deliberar. Os primeiros são escravos por natureza e estão destinados a exercerem apenas os trabalhos físicos, sendo bom para eles a submissão à autoridade dos seus senhores (7). Os segundos são escravos por convenção, quase sempre por motivo de captura em cenário de guerra. E quando os capturados eram homens livres? Será que, depois da captura, perderam a faculdade da deliberação? Aristóteles não consegue encontrar resposta para esta questão. Qualquer resposta invalidaria a sua doutrina sobre a escravatura. Por outro lado, Aristóteles tem uma enorme dificuldade em responder à questão: serão os escravos verdadeiros homens ou uma espécie menor de homens? Por um lado, o filósofo diz-nos que os escravos são capazes de amizade. Por outro, diz-nos que, embora capazes de adquirirem as virtudes, não o fazem até ao mais alto nível, porque, na verdade, quem não comanda não precisa de ser dotado de virtudes ao mais alto nível. Sendo assim, o escravo pode ser corajoso, mas sem possuir o nível de coragem de um homem livre;

pode ser justo, mas só até certo ponto; pode ser prudente, mas não tanto como o homem livre dotado para a governação, etc. Aristóteles dá-nos uma resposta pouco convincente: “Enquanto escravo, portanto, não pode haver amizade com ele, mas enquanto homem sim: parece pois que existe algo de justo para cada homem em favor de todos aqueles que têm em comum a capacidade de lei e de contrato; portanto, pode haver amizade com o escravo na medida em que é homem” (8).

Por um lado, o escravo é um instrumento animado, um instrumento usado sobretudo para a *praxis* (prática) e não tanto para a produção e, por outro, não deixa de ser um homem; contudo, separa-o do homem livre uma suposta incapacidade para usar a parte deliberativa da alma. Esta contradição nunca será resolvida por Aristóteles. No fundo, o filósofo está perante uma aporia sem solução: o escravo é humano, mas é simultaneamente um instrumento animado; o escravo tem alma e é capaz de compreender, mas falta-lhe a parte deliberativa (*to bouletikón*); pode compreender a razão e obedecer às ordens, mas não pode exercitá-la. Mais do que isso: a diferença não é meramente quantitativa, mas de tipo qualitativo. O escravo não possui menos razão do que o homem livre; possui, isso sim, um tipo diferente de razão. Esse tipo diferente de razão explica a ausência da parte deliberativa.

Aristóteles dedica uma parte do livro I de *A Política* a encontrar justificações para a tese da escravatura por natureza (9). E fá-lo recorrendo sempre à tese da lei natural: tem de haver alguma forma de escravatura que seja natural, porque as relações entre senhor e escravo conformam-se a um padrão universalmente encontrado na natureza, que não é mais do que os binómios melhor/pior, homem/mulher, homem/animal, alma/corpo, racional/irracional e governante/governado. Essa posição parece inquestionável ao filósofo e pode ser explicada pela sua teleologia: tudo o que existe na

natureza respeita uma determinada hierarquia e cumpre uma função e quanto mais perfeita for essa função maior é a excelência (areté).

Em benefício de Aristóteles, podemos afirmar que, no tempo dele, a escravatura não tinha a conotação tão negativa quanto veio a ter a partir do século XVI, com os Descobrimentos e a Colonização. Tão pouco os escravos da época de Aristóteles tinham uma posição económica tão desprotegida e débil quanto passaram a ter séculos mais tarde. A diferença entre escravos e homens livres era mais do domínio dos direitos e deveres políticos e legais do que do domínio social e económico, havendo muitos escravos que tinham uma posição económica e social razoável, nomeadamente os que serviam nas casas dos senhores.

Voltaremos a esta questão no próximo capítulo.

Notas

- 1) *A Política*, I, 1253b23-1254^a17; 1254^a17-1255^a3
- 2) *Ética a Nicómaco*, VIII, 1160b28-32; 1161^a30-1161b10
- 3) *Ética a Eudemo*, 1241b18-24; 1242^a28-32
- 4) Entre os críticos da escravatura, contavam-se um discípulo do sofista Górgias, Alcidamante de Elide e os sofistas Antifonte e Licofrone.
- 5) *A Política*, I, 1254^a21-24
- 6) Tosi, G. (2003). Aristóteles e a escravatura natural. *Boletim do CPA*, Campinas, nº 14: 82
- 7) *A Política*, I, 1254b15-20
- 8) *Ética a Nicómaco*, VIII, 1161b5-8
- 9) *A Política*, I, 1254^a17-1255^a3